

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.154 - RN (2018/0260037-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
**RECORRIDO** : JOSE MARIA DE LIMA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES POR MEIO DO SERASAJUD. VIABILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 108, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INSCRIÇÃO DO EXECUTADO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES (SERASA). FACULDADE DO JUÍZO. UTILIDADE E NECESSIDADE. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. PROVA DE IMPRESCINDIBILIDADE. OPERACIONALIZAÇÃO. DESPESAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Agravo de instrumento contra decisão, que, no bojo da execução fiscal, denegou o requerimento de inclusão da parte executada em cadastro de inadimplentes.
2. Dispõe o art. 738, § 3º, do CPC que, a requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.
3. A inscrição do devedor em cadastros protetivos, importante inovação do novo Código de Ritos, consubstancia medida coercitiva de grande impacto na concretização dos princípios processuais da efetividade e da razoável duração do processo, aplicável aos feitos fiscais, em virtude da subsidiariedade prevista no art. 1º da LEF.
4. Nada obstante, a leitura acurada do comando legal conduz à compreensão de que tal medida não constitui direito subjetivo do credor, mas, diversamente, faculdade do juízo da execução, submetida, portanto, a uma indelével apreciação dos requisitos da necessidade e da utilidade de sua utilização.
5. Neste sentido, para além do fato de o legislador ordinário ter-se utilizado do verbo "poder" e não "dever", em clara manifestação de não se tratar aqui de uma etapa automática ou obrigatória do curso processual, é de se ponderar ainda, que, do ponto de vista axiológico, os meios coercitivos ou expropriatórios têm, como pressuposto de validade, a não violação ao postulado da execução menos gravosa, o que evidencia a necessidade de prévia ponderação das circunstâncias concretas de cada caso.
6. Outrossim, ainda sob a perspectiva da necessidade, considerando a existência de mecanismos de inclusão do devedor em cadastros de inadimplência sem a participação do órgão jurisdicional, faz-se necessário o exame da imprescindibilidade do comando judicial.
7. "A exequente dispõe dos meios para incluir o nome do devedor nos cadastros de

inadimplentes, razão pela qual descabe qualquer obrigação do Juízo, nesse sentido, no termos do parágrafo 3º do art. 782 do CPC/15. [...] Incumbe ao credor adotar as providências cabíveis para inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, não havendo necessidade de ordem judicial para tanto. Precedentes." (TRF5, Quarta Turma, Processo 08085671520174050000, Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho (Convocado), Julgamento: 15/01/2018).

8. Ademais, como a gestão dos cadastros de inadimplência é feita, em geral, por empresas privadas, que cobram legitimamente por esse específico serviço, constitui ônus do exequente arcar com essa despesa.

9. No caso concreto, em que pese ter restado evidenciada a frustração das tentativas de localização de patrimônio penhorável, a agravante não se desincumbiu do ônus de demonstrar a imprescindibilidade da intervenção judicial para registro do executado em cadastro de proteção ao crédito.

10. Agravo não provido.

No apelo especial, a parte recorrente alega ofensa ao artigo 782, §3º, do CPC/2015 sob o argumento de que o referido dispositivo é expresso quanto à possibilidade do Juízo determinar a inscrição da parte executada em cadastro de inadimplência, mediante requerimento do exequente.

Acrescenta que se trata de previsão legal inaugurada pelo Novo Código de Processo Civil no intuito de se garantir maior efetividade ao processo executório, não se tratando, portanto, de mera faculdade do Juízo perante a provocação da parte exequente, mas verdadeiro dever de verificação do preenchimento dos respectivos requisitos legais exigidos para deferimento ou não da providência requerida.

Lembra que referida medida já vinha sendo adotada pelo Judiciário como prática coercitiva à execução em casos específicos e que, por isso mesmo, fora formalizado o incentivo à realização do sistema SERASAJUD por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 020/2014, que permite aos Tribunais a adesão e a consequente viabilização do envio de ordens diretas para a inserção de devedores no referido sistema, via internet.

Sem contrarrazões (certidão à fl. 120, e-STJ).

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 122.

É o relatório. Passo a decidir.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que compete ao juízo da execução a efetivação de medidas executivas, a exemplo da inclusão de devedor nos cadastros de inadimplentes por meio do sistema SERASAJUD.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE.

I - Na origem, trata-se de ação de execução fiscal para a cobrança de débito do executado junto à autarquia ora recorrente. Após tentativas de localização de bens do devedor sem sucesso, a exequente requereu a inscrição da parte executada no cadastro de inadimplentes, SERASA, mediante a utilização do SERASAJUD ou a expedição de ofício. Indeferido o pedido e interposto agravo de instrumento pelo IBAMA, negou-se provimento ao recurso no Tribunal a quo.

II - A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes (art. 782, caput e § 3º do

CPC/2015). Essa tendência que se verifica com as novas regras do CPC/2015 foi importante para que o STJ decidisse, ainda sem que houvesse previsão expressa na lei, no sentido de autorizar tanto o protesto da dívida alimentar, por exemplo, como a inscrição do nome do devedor de alimentos nos cadastros de inadimplentes (STJ, REsp n. 1.533.206/MG, 4ª TURMA, j. 17.11.2015). No casos dos autos, trata-se de dívida ativa decorrente de infração ambiental.

III - Os §§ 3º, 4º e 5º do art. 782 do Código de Processo Civil de 2015 estabelecem o cabimento e o procedimento para a inclusão do executado no cadastro de inadimplentes. Esta conduta dependerá de requerimento da parte e poderá gerar responsabilidade civil por danos morais em caso de inscrição indevida (STJ, AgRg no REsp n. 748.474/RS, 3.a T., j. 10.06.2014, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 17.06.2014 e AgRg 456.331-RS, 4.a T., j. 18.03.2014, rel. Min. Luis Felipe Salomão). IV - O acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta Corte, que admite a inscrição do devedor de débito fiscal em cadastros de inadimplentes (SERASA, SPC, CADIN). Nesse sentido: (REsp n. 1.762.254/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/10/2018, DJe 16/11/2018; AgRg no AREsp n. 800.895/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 5/2/2016; RMS 31.859/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2010; REsp 229.278/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, julgado em 3/8/2000, DJ 7/10/2002, p. 260.

V - Considerando que houve a tentativa de localização de bens do devedor, sem sucesso, é legítimo o pedido de inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes, com fundamento no art. 782, § 3º do CPC/2015.

VI - A negativa judicial, com fundamento em indisponibilidade do sistema, viola o dispositivo legal, que admite, por exemplo, a expedição pelo magistrado cadastrado de ofício ao banco de dados restritivo do crédito.

VII - Assim, deve ser provido o recurso determinando que a Corte a quo expeça ofício ao cadastro restritivo de créditos solicitado pela parte exequente.

VIII - Agravo em recurso especial conhecido para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação (AREsp 1339480/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 14/02/2019).

#### PROCESSUAL CIVIL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. PLEITO JUDICIAL. POSSIBILIDADE.

I - O pedido de inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes, tais como SERASAJUD ou SERASA, nos termos do art. 782, § 3º, do CPC/2015, não pode ser recusado pelo Poder Judiciário a pretexto de inexistência de convênio para negativação pela via eletrônica, tendo em vista a possibilidade de expedição de ofício para atendimento do pleito.

II - Tal entendimento vai de encontro com o objetivo de promover a razoável duração do processo e a cooperação processual, além de impor medidas necessárias para a solução satisfativa do feito, conforme interpretação dos arts. 4º, 6º e 139, IV, todos do CPC/2015.

III - Recurso especial provido (REsp 1736217/SC, Rel. Ministro

FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019).

Destaca-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.815.839/RJ, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 31/5/2019; REsp 1.814.043/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 29/5/2019; REsp 1.813.690/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 27/5/2019; REsp 1.798.783, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/3/2019; REsp 1.795.021, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 7/3/2019; REsp 1.799.070, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 6/3/2019.

Assim sendo, reconheço o cabimento do pedido de inclusão de devedor no cadastro de inadimplentes por meio da utilização do sistema SERASAJUD, impondo-se o retorno dos autos ao tribunal de origem para que se verifique a viabilidade, no caso concreto, do petítório.

Diante do exposto, **dou provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

